

EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Processo de Origem nº

Paciente:

Autoridade Coatora: Juízo do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

NOME, Defensor Público do Distrito Federal, em exercício funcional perante o Núcleo de Assistência Judiciária do xxx - DF, vem, com base no inciso LXVIII art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil e do art. 647 e ss. do Código de Processo Penal, impetrar

<p><i>Habeas Corpus</i></p>

<p>(com pedido de liminar)</p>

em favor de **NOME**, nacionalidade, estado civil, data de nascimento, naturalidade, filiação, RG, endereço, ____/UF, atualmente recolhido no Centro de Detenção Provisória, indicando como autoridade coatora a Dra. NOME, juíza titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que, nos autos de origem, manteve, por ocasião da sentença, a prisão preventiva do Paciente.

I. Síntese dos fatos

Em DATA, o paciente teve sua prisão preventiva decretada nos autos do Processo nº (CITAR FOLHA). **O mandado de prisão foi cumprido na DATA (CITAR FOLHA).**

Em audiência de instrução e julgamento, realizada a DATA, fora formulado pedido de revogação da prisão preventiva, sob a fundamentação de que, na referida data, o réu já se encontrava preso há

quase 3 meses, período possivelmente mais gravoso do que eventual pena que pudesse ser aplicada em caso de condenação.

Ainda na assentada, as partes apresentaram suas alegações finais e a instrução foi encerrada (CITAR FOLHA).

A DATA, sobreveio sentença penal condenatória (CITAR FOLHA), na qual a d. magistrada sentenciante fixou pena definitiva em **01 (um) ano, 01 (um) mês e 28 (vinte e oito) dias de detenção, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto. Acerca do pedido de revogação da prisão preventiva formulado pela defesa, este foi indeferido, sob o fundamento de que não haveria qualquer elemento novo capaz de mudar o cenário que então autorizou a decretação da prisão cautelar, com fundamento no artigo 313, III, do CPP (CITAR FOLHA).**

Ocorre que, muito embora a magistrada sentenciante tenha indeferido o pedido de revogação da prisão preventiva do Paciente, este, ao tempo da prolação da sentença, já estava recolhido há **3 meses e 19 dias**, período superior ao necessário para que fosse fixado regime menos gravoso, qual seja o regime aberto, considerando-se a **detração da pena**, e pudesse recorrer em liberdade.

Assim, diante da prisão cautelar manifestamente ilegal do Paciente, materializada em sentença que houve por bem manter a segregação preventiva, a despeito da fixação de regime inicial de cumprimento de pena diverso do fechado, impetra-se o presente *mandamus*, requerendo o imediato relaxamento do decreto prisional, consoante razões que se passa a expor.

II. Cabimento do *habeas corpus*

A Constituição da República assim dispõe, no art. 5º, LXVIII:

“Art. 5º. (...)

LXVIII – conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.”

Assim, é o *habeas corpus* utilizado para coibir a coação ilegal relacionada ao direito de locomoção. A coação pode ser dita ilegal fundamentalmente naquelas hipóteses do art. 648 do Código de Processo Penal – particularmente o inciso I –, ora transcrito:

“Art. 648. A coação considerar-se-á ilegal:
I - quando não houver justa causa.”

Ressalte-se, nesta linha, que a imprescindibilidade que norteia a prisão cautelar há de ser efetiva e subsistente, pois, segundo o texto constitucional, a liberdade é a regra, enquanto que a prisão cautelar é a exceção.

Com precisão jurídica, Ada Pellegrini Grinover, Antônio Scarance Fernandes e Antônio Magalhães Gomes Filho, ressaltando que a liberdade física do indivíduo é um dos dogmas do Estado de Direito, lembram que:

“No caso de prisão cautelar, essas exigências se tornam ainda mais rigorosas, diante do preceito constitucional segundo o qual ‘ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória’ (art. 5.º, inc. LVII, CF); em face do estado de inocência do acusado, a antecipação do resultado do processo representa providência excepcional, que não pode ser confundida com a punição, somente justificada em situações de extrema necessidade.”

(“As nulidades no Processo Penal”, Ed. RT, 6.ª ed., 1998, p. 278).

Cabível, pois, no presente caso, e conforme restará demonstrado, o remédio constitucional ora impetrado.

III. Razões do Paciente

a) Indeferimento do direito de recorrer em liberdade. Desproporcionalidade. Detração não realizada. Regime Semiaberto. Tempo de segregação superior ao necessário para progressão ao Regime Aberto.

A prisão preventiva, por ser medida de natureza cautelar, somente se sustenta se presentes o lastro probatório mínimo a indicar a ocorrência da infração, além de algum motivo legal que fundamente a necessidade do encarceramento. A decretação prisional cautelar, portanto, somente é admitida quando presentes os elementos previstos taxativamente em lei que simbolizam a necessidade do cárcere.

As hipóteses legais de cabimento da prisão preventiva estão reguladas pelos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal, os quais dispõe que:

“Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como **garantia da ordem pública, da ordem econômica**, por **conveniência da instrução criminal**, ou para **assegurar a aplicação da lei penal**, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

Art. 313. Nos termos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva:

I - nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a **4 (quatro) anos**;

II - se tiver sido **condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado**, ressalvado o disposto no inciso I do caput do art. 64 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal;

III - se o crime envolver **violência doméstica e familiar contra a mulher**, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, **para garantir a execução das medidas protetivas de urgência;**”

Em que pese a taxatividade de referidas normas, a prisão preventiva do Paciente, embora inicialmente legal, atualmente mostra-se desarrazoada e em total inobservância às hipóteses legais que a autorizam.

Destaca-se, inicialmente, que a prisão cautelar foi decretada a DATA (CITAR FOLHA), com fundamento na necessidade de garantir a integridade física da vítima e assegurar a execução das medidas protetivas de urgência (312 e 313, III, CPP).

Ultimada a instrução processual, sobreveio sentença condenatória que fixou a pena do Paciente em **01 (um) ano, 01 (um) mês e 28 (vinte e oito) dias de detenção, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, sendo-lhe indeferido o direito de recorrer em liberdade** (CITAR FOLHA).

Assim, não obstantetenha a sentença impugnada condenado o Paciente pelos crimes de ameaça e lesão corporal, com pena a ser cumprida em **regime semiaberto**, por tratar-se de Paciente reincidente, a autoridade coatora negou-lhe o direito de recorrer do referido *decisum* em liberdade, mesmo verificando que **o tempo de segregação suportado até a referida data já extrapolava o**

necessário para a fixação de regime menos gravoso, qual seja, o aberto, configurando flagrante constrangimento ilegal.

Acerca do tema, a alteração legislativa trazida pela Lei nº 12.736, de 2012 permitiu que a detração fosse realizada quando da prolação da sentença, utilizando-se, assim, o tempo de segregação para fins de fixação do regime. Leia-se:

Art. 387. O juiz, ao proferir sentença condenatória: [...]

§ 2º **O tempo de prisão provisória**, de prisão administrativa ou de internação, no Brasil ou no estrangeiro, **será computado para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade.**

Muito embora o tema ainda seja controvertido, fato é que, segundo as novas normas, o cabimento da detração deve ser analisado quando da prolação da sentença, devendo ser aplicado ou negado por decisão devidamente motivada.

Nesse sentido:

RECEPTAÇÃO. CONDENAÇÃO. CUMPRIMENTO DE MAIS DE UM SEXTO DA PENA. DIREITO À PROGRESSÃO DE REGIME. **É assegurado o direito à progressão de regime a acusada que permaneceu presa durante toda a instrução criminal e que, da pena imposta na sentença, já cumpriu mais de 1/6 - tempo exigido para a progressão de regime (CPP, art. 387, § 2º), assistindo-lhe o direito à detração penal. Ordem concedida.**

(Acórdão n.1076949, 07005713120188070000, Relator: JAIR SOARES 2ª Turma Criminal, Data

de Julgamento: 23/02/2018, Publicado no PJe: 26/02/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. RÉU PRESO CAUTELARMENTE. SENTENÇA CONDENATÓRIA. DETRAÇÃO NEGADA. ARTIGO 397, §2º, DO CPP. CONSTRANGIMENTO ILEGAL DEMONSTRADO. PRELIMINAR DO MINISTÉRIO PÚBLICO AFASTADA. LIBERDADE CONCEDIDA.

1. Estando o réu preso cautelarmente por tempo superior a mais da metade da pena imposta, respeitada as regras que prevêem a detração penal, cabível sua liberação imediata.

2. Preliminar afastada, e ordem de habeas corpus concedida.

(Acórdão n.972919, 20160020430477HBC, Relator: JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA 2ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 06/10/2016, Publicado no DJE: 17/10/2016. Pág.: 172/192)

Ressalte-se, novamente, que o Paciente foi recolhido preventivamente ao sistema prisional em DATA, **tendo cumprido mais de 1/6 da pena aplicada** - 3 meses e 28 dias - tempo exigido para a progressão de regime.

Diante das informações trazidas, é inegável que o período de segregação do Paciente é suficiente para alterar o regime inicialmente fixado para o **aberto**.

Por conseguinte, estipulado o regime aberto para o início do cumprimento da **prisão-pena**, a negativa ao direito do Paciente de

recorrer em liberdade configura flagrante constrangimento ilegal, eis que incompatível o referido regime com a manutenção da custódia preventiva.

Nesse sentido é a jurisprudência das Turmas Criminais deste Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. CRIME DE AMEAÇA NO ÂMBITO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER. **PACIENTE PRESO PREVENTIVAMENTE HÁ MAIS DE 04 (QUATRO) MESES. INDEFERIMENTO DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. CONDENAÇÃO À PENA DE 02 (DOIS) MESES E 20 (VINTE) DIAS DE DETENÇÃO, EM REGIME INICIAL ABERTO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. ORDEM CONCEDIDA.**

1. A **fixação do regime aberto para o início de cumprimento da pena é incompatível com o indeferimento do direito de recorrer em liberdade.**

2. **Se o período da prisão preventiva supera, em tese, a própria pena aplicada na sentença e, fixado o regime aberto para o cumprimento da pena, não se mostra razoável manter a constrição cautelar do Paciente, que aguardaria o julgamento de eventual recurso em situação mais gravosa que aquela aplicada na sentença.**

3. Ordem concedida para, confirmando-se a liminar, deferir ao Paciente o direito de recorrer em liberdade, mantendo-se as medidas protetivas de urgência deferidas em favor da vítima.

(Acórdão n.1067854, 07165134020178070000, Relator: ROBERVAL CASEMIRO BELINATI 2ª Turma Criminal, Data de Julgamento: 14/12/2017, Publicado no PJe: 08/01/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. SENTENÇA CONDENATÓRIA. **REGIME ABERTO. SUBSTITUIÇÃO POR RESTRITIVA DE DIREITO. DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA EXARADO NA SENTENÇA. DESPROPORÇÃO. PRECEDENTES.** ORDEM CONCEDIDA.

1. Há incompatibilidade na decretação da prisão preventiva nas sentenças que impuseram ao Paciente pena privativa de liberdade a ser cumprida em regime inicial aberto, sendo que em um deles, ainda, foi convertida em restritiva de direitos. Precedentes deste TJDF.

2. Ordem concedida.

(Acórdão n.1035397, 20170020137753HBC, Relator: SILVANO BARBOSA DOS SANTOS 2ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 27/07/2017, Publicado no DJE: 02/08/2017. Pág.: 298/312)

HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. **PRISÃO PREVENTIVA. SENTENÇA CONDENATÓRIA. IMPOSIÇÃO DE REGIME ABERTO PARA CUMPRIMENTO. INCOMPATIBILIDADE DA SEGREGAÇÃO.**

DESPROPORCIONALIDADE. CONCESSÃO DA ORDEM.

1) A fixação de regime inicial aberto para o cumprimento de pena é incompatível com a manutenção da prisão preventiva. A manutenção da prisão preventiva implica em flagrante ofensa ao princípio da proporcionalidade, conferindo maior eficácia à medida, de natureza precária, em detrimento do decreto condenatório.

2) Liminar Confirmada. Ordem Concedida.

(Acórdão n.976550, 20160020425215HBC, Relator: ANA MARIA AMARANTE 1ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 20/10/2016, Publicado no DJE: 04/11/2016. Pág.: 100/116)

Ressalte-se que a Lei Maria da Penha, por si só, não tem o condão de segregar um indivíduo por tempo indeterminado e injustificável sob a mera escusa de proteção da mulher contra a violência doméstica e familiar, o que seria flagrantemente inconstitucional, em especial quando condenado ao cumprimento de pena em regime inicial aberto.

Mister, portanto, o imediato relaxamento da prisão preventiva, tendo em vista estar em absoluta dissonância com a lei.

IV. Pedidos

Diante das assertivas expostas, estando o Paciente sofrendo claro constrangimento de direitos assegurados na Carta Magna, requer-se:

- a) seja dado ao presente habeas corpus, o procedimento de estilo;

- b) seja concedida MEDIDA LIMINAR para imediata soltura do Paciente FULANO DE TAL, relaxando-se a prisão cautelar e comunicando-se, imediatamente, ao Juízo de origem;
- c) ao final, a concessão definitiva da ordem, com o relaxamento definitivo do decreto prisional em favor do Paciente.

Termos em que pede deferimento.

LOCAL E DATA.

Defensor Público